

O CONTRIBUTO DA PSICOLOGIA NA BATALHA DA EDUCAÇÃO

• mesa-redonda com o professor Joaquim Bairrão

Durante o passado mês de Setembro a convite do Curso de Ciências da Educação da UEM esteve em Maputo o Prof. Joaquim Bairrão, doutorado em psicologia, que vem exercendo desde há vários anos a sua actividade de psicólogo, sobretudo como especialista de crianças com dificuldades escolares e outras formas de inadaptação.

O Prof. Joaquim Bairrão realizou, durante cerca de três semanas um Seminário sobre «Psicologia do Desenvolvimento e sua importância na Educação em Moçambique». Neste seminário participaram professores e alunos do Curso de Ciências da Educação, técnicos do Centro de Orientação Psicopedagógica da UEM, e agentes de educação e ensino ligados ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde.

A revista «TEMPO» promoveu um encontro entre alguns professores e estudantes do Curso de Ciências da Educação e este psicólogo, dada a importância que as suas conferências revestiram, pois nelas se abordaram alguns dos problemas educacionais mais preocupantes na batalha da educação. Transcrevem-se a seguir as principais questões que nesta mesa-redonda foram apresentadas, bem como a essência das respostas dadas pelo Prof. Joaquim Bairrão, cuja vinda a Moçambique foi determinada não só pela sua elevada competência científica como pelo facto de ser um dos raros psicólogos de língua portuguesa que, dentro duma perspectiva marxista, articulam de forma verdadeiramente dialéctica a sua teoria e a sua prática.



Professor Joaquim Bairrão: «Temos que conceber a psicologia como uma ciência que apela para a interdisciplinaridade, atenta a fazer a ponte com as outras ciências»

1. QUESTÃO: *Importância da psicologia e papel do psicólogo na interpretação da realidade e na proposta de formas de intervenção numa sociedade como a moçambicana.*

Prof. JOAQUIM BAIRRÃO: O psicólogo não está numa posição diferente da dos outros trabalhadores científicos. Segundo a concepção da psicologia em que nos interessa colocar-nos, pretende ver o Homem em situação concreta e duma forma global e integrada. O contributo da psicologia consiste em recordar que o Homem foi criança, que essa criança esteve ligada biologicamente e afectivamente à Mãe e que a sua integração harmoniosa no Meio começou muito cedo. Assim, nós pensamos que quando a criança chega à Escola ou o Adolescente entra no mundo do Trabalho, são já a consequência duma longa História. Por isso hoje em dia a psicologia quer ter em conta — numa linha evolutiva e concreta — todos os momentos da vida do Homem, não o considerando cortado da realidade ou — como acontecia com certas correntes estáticas e idealistas — dividido em comportamentos analisados isoladamente. A conduta humana define-se através de estruturas que resultam da permanente interacção entre os aspectos biológicos e os aspectos sociais. Em linhas gerais — e como disse Wallon, à luz do marxismo — a Psicologia pode ajudar a perceber o caminho do Homem para um Homem Novo, em que esta «novidade» seja assumida como integrada e articulada; e pode ajudar a compreender os principais momentos dessa articulação. Creio ser este o principal contributo que a psicologia pode dar numa sociedade



«O contributo da psicologia consiste em recordar que o homem foi criança...»

que, como esta, se constrói com dinamismo.

Por outro lado, temos que conceber a psicologia como uma Ciência que apela para a interdisciplinaridade, atenta a fazer a ponte com as outras ciências. Não é o psicólogo quem vai fazer a prevenção materno-infantil — mas pode ajudar a modificar as atitudes daqueles que estão encarregados desta tarefa, ajudando a explicar aos médicos a importância da parte afectiva, porque não se devem separar os bebés das mães, etc. Esta interdisciplinaridade não significa grandes custos nem grandes cientistas; pode praticar-se ao nível do centro de saúde comunitário, onde haja um agente de saúde, um professor, etc.

2.º Q.: *A formação em psicologia deve estender-se a todos, ou deverá antes haver muitos psicólogos especificamente formados?*

J. B.: Talvez ambas as coisas, a curto, médio e longo prazo.

Sem cairmos num «imperialismo da psicologia» ou num excesso de «psicologismo» — como aconteceu em certa época, nos anos 50, quando se chamava um psicólogo especialista de dinâmica de grupos para «quebrar» uma greve — nem tão pouco cair numa negação do psicológico — co-

mo também por vezes tem acontecido. Como homem que pretende — digo «pretende» porque é muito difícil — ter uma certa visão dialéctica das coisas, direi que é preciso um pouco mais do que aquela psicologia do «senso comum». Tudo o que fazemos hoje em dia é já uma integração de conhecimentos científicos que se tornaram acessíveis; penso que também neste campo deve haver, nas pessoas em geral, um certo conhecimento de como «funciona» a realidade psicológica, de como esta realidade varia, se modifica. Deve-se lutar por isso a vários níveis: a nível do ensino, a nível da saúde, a nível de todos aqueles que têm que lidar com os outros para modificar as suas atitudes. Se se pretendem modificar atitudes, se se pretende Fazer Mudar, então tem que se conhecer o que é, afectivamente e intelectualmente, aquilo que se quer mudar: não podemos correr o risco de estar a trabalhar pensando num Homem ideal, numa Criança ideal, abstracta. Do mesmo modo, mas talvez a médio ou longo prazo, criar um curso que prepare psicólogos, pois penso que eles têm um papel importante a desempenhar numa sociedade como a vossa.

3.º Q.: *A propósito do problema das atitudes, como conciliar a necessidade de modificação de*

atitudes determinada por uma opção socialista, marxista-leninista, com o papel da família na transmissão dos valores e das atitudes junto da criança nos primeiros anos? Como conciliar esta função da família com a necessidade de lutar por uma vida comunitária onde se privilegie o trabalho colectivo, a cooperação, que permitirão fazer surgir o Homem Novo?

J. B.: Penso que isso é um problema mais vasto que transcende a própria psicologia. Socorrendo-me um pouco do meu Mestre, recordo um texto de Wallon em que ele, vindo com alegria a construção que em certos países se ia fazendo do Homem Novo, dentro duma construção do socialismo, comparava o ensino capitalista com o ensino da sociedade socialista; tomando por exemplo a pedagogia soviética, ele constatava que, com instituições como a dos pioneiros, se procurava uma real cooperação, no oposto do carácter competitivo da sociedade capitalista. Então Wallon recordava que para que o indivíduo perca certas formas de alienação de si em relação aos outros, tinha que se começar logo no jardim infantil, ou começar logo na família. Teria que se criar uma socialização que, duma forma nem irracional nem demasiado repressiva, permitisse

ao indivíduo assumir que não estava só e que tinha que pensar nos outros, que tinha que construir uma comunidade, um grande grupo, de que ele era um elemento.

Penso que esse é o tipo de preocupações que vocês têm na sociedade que construiriam e estão lutando por construir. É natural que, a este respeito, os psicólogos tenham uma modesta palavra a dizer, exactamente quanto à interiorização desses valores. Para tal tem que haver um certo cuidado em respeitar uma certa evolução para que o indivíduo chegue até aos outros de forma autónoma. Pelo pouco que vi neste país penso que esse cuidado é possível, pois vi que existem reservas afectivas bastantes importantes, tanto ao nível dos dirigentes como das restantes pessoas.

Quero eu dizer com isso que tem que se preparar Afectivamente esse Homem Novo para que ele venha a dar tudo aos outros. Esta preocupação terá que ser maior — volto à minha, sou um psicólogo genético! — durante os primeiros tempos de vida. Aparentemente não se vê a relação que têm os primeiros tempos de vida com o desenvolvimento duma atitude socializante, de altruismo em relação aos outros; eu penso que essa relação existe. O indivíduo que recebeu afecto, que foi bem tratado nos primeiros tempos de vida, consegue interiorizar os valores duma sociedade que se voltam para os outros, duma sociedade predominantemente voltada para o interesse da colectividade.

4.ª Q.: *De acordo com isso, poderemos dizer, no caso das crianças abandonadas, seria melhor solução a adopção por parte de outra família, do que o internamento numa instituição tipo infantiário?*

J.B.: Eu não falaria logo de adopção, porque isso implica problemas jurídicos complexos. Penso, no entanto, que uma criança que é privada do meio familiar deve passar o mais rapidamente possível para uma família substituta, uma família que possa servir como família de substituição, para que os cuidados possam ser individualizados, haja um certo calor, etc.

Mas o que importa nesse caso é, antes de mais, estudar as causas do abandono. Na vossa sociedade, não os conheço. Em Portugal, eram muitas vezes problemas de discriminação sócio-político-económica, que levavam a que as classes desfavorecidas e exploradas vivessem em condições terríveis: ou então eram certos tabus sexuais ou de repressão religiosa que levavam as mães solteiras a abandonar os filhos — ou ainda outros problemas. Penso que o problema começa por aí.

Mas em linhas gerais, daquilo que se conhece sobre a psicologia do desenvolvimento e de trabalhos sobre instituições do tipo que referiu, podemos dizer quase como regra geral que o melhor é um meio o mais semelhante possível ao da família; e que provavelmente há que explorar sempre, tanto em meio urbano como em meio rural, os restos de família — parentes, outra linha familiar —, ou seja, procurar sempre um Elo. Uma criança sem elo é uma criança perdida, sobretudo na primeira idade, em que é fundamental o contacto com uma mãe ou uma mulher que a sustitua. A institucionalização nas primeiras idades traz sempre problemas muito graves. O meio institucional é sempre um meio artificial. Mais tarde, a instituição poderá ser útil; mas mesmo em idade escolar é necessário que a instituição tenha um carácter de lar, seja um espaço geográfico e afectivo diferente da escola, para as crianças que não têm família — para que possam ter a sua família, criada entre si ou com os responsáveis desse lar.

5.ª Q.: *Esse problema dos cuidados durante a primeira idade tem sido objecto, aqui em Moçambique, duma enorme atenção, através de medidas visando a protecção materno-infantil, a educação nutricional, a prevenção sanitária em geral. Teremos mesmo assim que concluir que todos estes esforços serão insuficientes se não forem acompanhados duma abordagem correcta do ponto de vista afectivo e, digamos, de modo geral, do ponto de vista psicólogo?*

J.B.: O segredo está no «timing», nos tempos e doseamento disso tudo. Há certas alturas em que nós, realmente, não pedimos qua-

se autorização às pessoas para as salvar, não é? Mas noutros momentos, em que os primeiros perigos estão passados, podemos já abordá-las doutro modo. Penso que nesse esforço desenvolvido encontramos de novo essa dialéctica que gera o conhecimento: por um lado há certas tarefas urgentes que deixam as pessoas pouco disponíveis para esses aspectos individualizantes e estimulantes; e é evidente que têm que se ter resolvidos problemas da saúde, da habitação, da alimentação para poder realizar essa construção de um ser afectuoso, aberto para os outros, normalizado no bom sentido da palavra. Não há saúde mental sem integridade física. Mas isto não quer dizer que todos os agentes que têm a seu cargo essas tarefas não devem preocupar-se com isso; eles têm que ter presentes os cuidados sanitários afectivos também — mas para uma pessoa concreta, uma pessoa com uma individualidade, uma idade, um passado, um presente, sofrimento. Para vencer a batalha da saúde é preciso ter em conta a saúde mental.

Pode não ser ao mesmo tempo — mas é num intervalo de tempo muito curto. E, mais uma vez, é a família que compete o maior esforço nesse sentido.

6.ª Q.: *Por todas essas razões que referiu, não foi ainda possível abordar convenientemente em Moçambique o problema da infância deficiente. Qual pensa que deveriam ser os passos seguintes nessa estratégia que visa a educação das crianças cujas deficiências — físicas, sensoriais ou mentais — vão acarretar inevitavelmente muitas dificuldades de aprendizagem e adaptação?*

J. B.: Ontem, quando estive no Museu da Revolução, tive oportunidade de ver alguns gráficos que são, só por si, muito significativos.

Eu penso que um país que consegue equacionar os seus problemas de uma maneira tão clara quanto às batalhas que tem que vencer, já está muito avançado em relação a muitos outros que conhecemos. Há uma batalha da saúde a vencer, como há uma batalha da alfabetização e, paralelamente, uma batalha da educação para o maior número possível.



«O indivíduo que recebeu afecto... nos primeiros anos da sua vida consegue interiorizar os valores de uma sociedade predominantemente voltada para o interesse da colectividade»

No caso da educação, pude ver que a primeira fase da batalha começa a ser ganha. Agora terá que se pensar como vão ser as estruturas de acompanhamento, de ajuda àqueles que, por razões várias, não vão poder acompanhar o ritmo dos outros.

Não é necessário usar os modelos de outros países. Vocês têm possibilidade de encarar isso noutra óptica, não selectiva, não discriminatória.

Penso que a resposta é esboçada pelos vossos próprios ideários: se a educação é para todos, então o indivíduo deficiente, o indivíduo com problemas, terá que ter também um lugar nesse todo. Isso implica integração e prevenção. Por aquilo que me foi dado ver, vocês estão já a caminhar para essa concepção integrada; mas, por outro lado e como já foi sublinhado nesta mesarredonda, as preocupações quanto à prevenção permitirão que as futuras gerações tenham menor número de indivíduos com dificuldades. É com a prevenção, os cuidados de saúde, a protecção à mulher grávida, os cuidados com o acompanhamento na primeira idade, etc., que se evitará nas gerações futuras grande número de inadaptados; de certo tipo de inadaptados.

Para os casos actuais, será um certo tipo de modificações da própria estrutura escolar. Sabemos que certas crianças não podem acompanhar o passo das outras; mas podemos constituir para elas meios de ensino adequados, mesmo dentro da mesma escola, por vezes até dentro do mesmo espaço de aula, é aquilo a que se chama um «espaço diferenciado». De modo que essas crianças em dificuldade possam partilhar o mais possível com os outros, o que pode acontecer em grande número de actividades. Nos casos em que infelizmente não possam acompanhar, deve haver um certo entendimento, particularizando mas não segregando (não do tipo da classe «especial» ou outros meios clássicos muito segregados.)

Por outro lado, a integração é uma meta a atingir, um caminhar para. E em que provavelmente terá que haver soluções de compromisso, soluções parciais. Prevenção e integração seriam os meus votos — e leio-as já claramente, de resto, naquilo que me foi dado ver.

7.ª Q.: *Qual pensa que poderá ser o contributo do Curso de Ciências da Educação relativamente aos problemas que aqui se focaram?*

J. B.: A impressão com que fiquei dos estudantes e professores deste Curso foi francamente positiva. Certas coisas causaram-me certa nostalgia do que se passou em Portugal logo depois do 25 de Abril; participação de estudantes e professores, reuniões de escola, assembleias, etc., coisas que pouco a pouco se vão perdendo entre nós e que são informações de que a instituição está viva. Isto de modo geral, que se refere não só às Ciências da Educação, penso que existe um dinamismo da parte de todos na construção de um ramo profissional e de conhecimento novo que é capital na batalha de que falámos, na batalha da educação. Aos estudantes de Ciências da Educação vai-se-lhes pedir muitas coisas no campo da educação e penso que lhes cabe um trabalho muito complexo.

Embora não se destinando o Curso exclusivamente à formação em psicologia de vocês, está dando e dará cada vez mais essa compreensão integrada do Homem e a possibilidade de terem uma actuação em relação a um homem concreto e vivo, a uma criança viva. Provavelmente não é só a psicologia que dará isso, é também uma certa descentralização do curso relativamente a si próprio, em contacto com a realidade. Essas boas sementes que já têm podem garantir a criação de um profissional que tenha a possibilidade de não ficar pelo gabinete, que possa dirigir a sua acção, a sua prática e reflexão a pessoas que vivem, que sofrem e que estão em mudança, que vivem no campo e na cidade, etc. A sociologia e a psicologia têm aí uma grande palavra a dizer no Curso de Ciências da Educação mostrando a realidade e mostrando as pessoas concretas.

Mas além disso pede-se ainda mais às ciências da educação: pede-se-lhes aspectos do conhecimento da economia, da planificação, etc. Terá que haver um cuidado porque penso que existe — uma vigilância constante para que esse conhecimento seja sempre vivo e voltado para uma realidade concreta, voltado para pessoas «em situação». E penso que vocês vão nesse caminho.